

METODOLOGIA DO PROFESSOR NO ENSINO DE ALUNOS SURDOS

Humberto Bueno Gonçalves¹
Priscila Soares Vidal Festa²

RESUMO

Todos têm direitos, portadores ou não de necessidades especiais, ao acesso à educação, saúde, trabalho, lazer e demais recursos que lhes são necessários ao pleno desenvolvimento e convívio em sociedade como ser humano. No entanto, ao longo da história, os Surdos foram julgados incapazes de realizarem atividades inerentes a qualquer pessoa julgada como “normal”. Eles foram então excluídos da sociedade e seus direitos, principalmente o de acesso à educação, foram desrespeitados. O objetivo desta pesquisa é conhecer a realidade dos procedimentos metodológicos utilizados para alunos Surdos de uma escola regular de Curitiba. Observar as práticas e estratégias metodológicas, dos professores, no planejamento das aulas para obter um panorama do ensino atual. Conclui-se que as escolas além de inclusivas e garantir os recursos necessários ao aluno Surdo, é fundamental que tenham professores capacitados e comprometidos com a educação de todos.

Palavras - Chave: metodologia; professor; inclusão; surdo; intérprete.

ABSTRACT

Everyone has rights, with or without special needs, access to education, health, work, leisure and other facilities that are necessary for the full development and life in society as a human being. However, throughout history, the Deaf were judged unable to carry out activities related to anyone deemed "normal". They were then excluded from society and their rights, especially access to education have been infringed. The objective of this research is to know the reality of the methodological procedures used for Deaf students in a regular school in Curitiba. Observe the practical and methodological strategies, teachers, and lesson planning to get an overview of current teaching. It is concluded that schools besides inclusive and secure the resources necessary to Deaf students, is vital to have qualified teachers with the education of all.

Key - Words: methodology; teacher; inclusion; deaf; interpreter.

¹ Licenciado no curso de Letras Português/Espanhol pela Faculdade de Administração, Ciências, Educação e Letras – Facel. *E-mail:* rhparana@onda.com.br

² Pedagoga, Mestre em Distúrbios da Comunicação, especialista em Educação Especial com ênfase em inclusão; LIBRAS / Língua Portuguesa: ensino bilíngue para surdos e Psicopedagogia Clínica e Institucional. Professora das Faculdades OPET. *E-mail:* priscila.festa@yahoo.com

INTRODUÇÃO

A forma de conduzir ou selecionar os interesses para o aprendizado depende muito da visão que se tem das relações com o mundo. Assim como as relações construídas entre as pessoas com deficiência e as que não possuem algum tipo de deficiência é fato questionável, pois infelizmente vivenciam comportamentos, atitudes e valores que insistem em diferenciá-los. Independentes do âmbito de discussão estão inseridos em um meio social que marca o indivíduo em suas diferenças e dessas surgem preconceitos que muitas vezes engessam as mudanças e negam os valores que lhes são devidos.

No espaço escolar o preconceito linguístico pode ocorrer entre os profissionais de educação, ao se tratar da Língua Brasileira de Sinais, por não terem o conhecimento da língua e não conseguirem estabelecer um diálogo com o aluno. Souza & Góes (1999) apontam que a inclusão do aluno Surdo³ vem sendo realizada por professores e/ou profissionais da educação que não estão preparados ou desconhecem a Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS, e as reais condições bilíngues⁴ do Surdo.

Mediante essa realidade do despreparo ou desconhecimento da Língua de Sinais, qual é a metodologia que vem sendo utilizada em sala de aula na educação de alunos Surdos?

Este artigo pretende conhecer a realidade dos procedimentos metodológicos utilizados para alunos Surdos de uma escola regular de Curitiba, e não dominam a Língua Brasileira de Sinais. Serão tratados temas como a importância do Bilinguismo no processo da educação, conceitos sobre as abordagens de ensino e uma análise das práticas ministrada em sala pelos professores e/ou profissionais da educação.

1. SURDEZ E EDUCAÇÃO

De acordo com Frias (2010, p. 13) a inclusão dos alunos Surdos na escola regular devem contemplar mudanças no sistema educacional e uma adaptação no currículo, com alterações nas formas de ensino, metodologias adequadas e avaliação que condiz com as necessidades do aluno Surdo; requer também elaboração de trabalhos que promovam à interação em grupos na sala de aula e espaço físico adequado a circulação de todos. A inclusão deve ocorrer, ainda que existam desafios, com garantia de oportunidades ao aluno Surdos iguais aos do aluno ouvinte. A presença do aluno Surdo em sala exige que o professor reconheça a necessidade da elaboração de novas estratégias e métodos de ensino que sejam adequados à forma de aprendizagem deste aluno Surdo, o aluno Surdo está na escola, então cabe aos professores criar condições para que este espaço promova transformações e avanços a fim de dar continuidade a um dos objetivos da escola, ser um espaço que promove a inclusão escolar.

³ O termo “Surdo” (com letra maiúscula) será utilizado nesse trabalho por compreender o sujeito Surdo enquanto parte de uma comunidade linguística e cultural. Esse termo é definido por Oliver Sacks (1998, p.16), neurologista que entre inúmeros trabalhos dedica-se da mesma maneira a surdez.

⁴ O bilinguismo, numa abordagem educacional, é o reconhecimento que a comunidade surda é interlocutora natural de uma língua adaptada à sua capacidade de expressão, que essa língua gestual oficial de seu país lhe seja ensinada desde sua infância como primeira língua e a língua oral oficial seja a segunda língua.

Para a área da surdez no Brasil, existem dois documentos que norteiam as ações a respeito do sujeito Surdo. A Lei nº 10.436/2002, considerada um avanço na educação de surdos, tem sua importância ao reconhecer a LIBRAS (Língua Brasileira de Sinais) como a língua de sinais usada pela comunidade surda no Brasil. Outro documento é o Decreto 5626/2005 que regulamenta Lei nº 10.436/2002. Segundo o Decreto 5626/2005, Cap. IV, Art. 15, a educação do aluno Surdo, deve ser feita em LIBRAS e a modalidade escrita [...] como segunda língua para alunos Surdos, devem ser ministrados em uma perspectiva dialógica⁵, funcional e instrumental. No Art. 16 esclarece que, a Língua Portuguesa na forma oral, deve ser ofertada aos alunos Surdos, preferencialmente em turno distinto ao da escolarização, por meio de ações integradas entre as áreas da saúde e da educação, tendo a família ou o aluno o direito a opção por essa modalidade.

Diante de um panorama de constantes mudanças políticas, socioculturais e políticas que refletem no âmbito educacional, abre-se uma discussão. Uma abordagem amplamente difundida atualmente para o ensino de crianças surdas é o Bilinguismo (FERNANDES, 2008). O Bilinguismo é uma proposta de metodologia de ensino que torna acessíveis duas línguas no contexto escolar. No caso da surdez, essa abordagem preocupa-se em divulgar e estimular a utilização de uma língua que pode ser adquirida espontaneamente pelos Surdos (a língua de sinais) sendo essa considerada como a sua L1. A língua oficial do país é vista como a L2, neste caso a língua majoritária da comunidade em que ele está inserido, podendo ser adquirida na modalidade escrita e, caso o aluno opte, na modalidade oral deve ser feita fora do espaço escola. O Bilinguismo surgiu a partir da década de 80, em consequência de pesquisas com base nas Línguas de Sinais e nas comunidades surdas. A língua portuguesa deve ser instrumental, ensinada como segunda língua, tendo o intuito de propiciar ao aluno Surdo habilidades de leitura e escrita (FREIRE, 1998).

Na filosofia educacional bilíngue aplicada à Educação de Surdos, a língua falada no país é ensinada como segunda língua (L2). O direito dos Surdos a uma educação bilíngue é garantido pelo Decreto Federal nº 5626, de 22 de dezembro de 2005.

Baseando-se em experiências de alguns países, como da Venezuela citado por Sánchez (1993) em que relatos de escolas apontam bons resultados com o Bilinguismo na aquisição da L2, através da sua língua natural, que é a língua de sinais, é possível perceber que existem metodologias próprias para o ensino de segunda língua para os Surdos. No Brasil, a língua portuguesa passa a ser vista como segunda língua (L2) como instrumental cujo ensino objetiva fortalecer o aprendiz nas habilidades de leitura e escrita (FREIRE, 1998), visto que o sujeito Surdo apesar de ter sua própria cultura e língua vive em uma sociedade ouvinte que faz uso constante do português. Para o autor Jokinen (1999) o desenvolvimento no âmbito escolar dos alunos Surdos só ocorrerá de forma efetiva se a língua de sinais, que no Brasil é a LIBRAS, for aceita como primeira língua ou língua materna (L1).

Os autores Lacerda & Mantelatto (2000) afirmam que o Bilinguismo visa à exposição da criança surda à língua de sinais o mais cedo possível, pois esta aquisição proporcionará ao Surdo um desenvolvimento mais consistente e pleno de linguagem e, por consequência, um desenvolvimento integral, linguístico e cognitivo⁶

⁵ Visa despertar o interesse, criar oportunidades de debates, gerar no aluno uma posição como leitor, discordando ou concordando dos temas tratados.

⁶ Linguístico esta relacionado à forma “correto” de falar, do conhecimento gramatical e lexical suficiente para compreender as frases, o encadeamento delas e o significado dos termos. Cognitivo é a capacidade humana de

da criança surda, facilitando o processo de aprendizagem que serve de apoio para a leitura e compreensão do mundo.

Dentro desta educação, não havendo um professor proficiente em LIBRAS em sala de aula, o profissional Tradutor intérprete de LIBRAS (TILS) é fundamental para a comunicação. Esse profissional surgiu com a necessidade da comunidade surda de possuir um mediador no processo de comunicação com os ouvintes. Sabe-se que informalmente membros da família faziam essa função, por não conhecerem a Língua de Sinais, construíam uma comunicação usual própria, diferente da Língua de Sinais, com assuntos relacionados apenas as necessidades básicas e momentâneas da criança Surda (CASTRO, 1999).

Entretanto, para que se ocorresse formalmente criou-se a necessidade de oficializar esta prática, Bergmann (2001) afirma que, a comunicação dos Surdos se desenvolveu por meio do acesso a Língua de Sinais. Nesse contexto, a Lei nº 12.319 de 01/09/2010 foi de grande importância, pois regulamentou a profissão do Intérprete. No Brasil, além de ter domínio sobre a LIBRAS, ele precisa ter domínio do idioma falado no país, conhecer processos, estratégias, técnicas de interpretação e tradução e possuir formação específica na área de atuação.

O intérprete, dentro da sala de aula atua como canal comunicativo⁷ entre o aluno surdo e o professor ouvinte. Além disso, esse profissional realiza as traduções entre os que compartilham línguas e culturas diferentes. Em sala de aula, o intérprete precisa ter a consciência de que ele não assume o papel do professor regente e em situações relacionadas com o ensino-aprendizagem do aluno Surdo, precisa remeter-se ao professor, cumprindo com excelência a mediação comunicativa em sala de aula. Quadros (2004) aponta que existem diversos problemas de ordem ética que surgem em função do modelo de intermediação que se constrói em sala de aula. Muitas vezes, o trabalho exercido pelo intérprete em sala de aula acaba sendo confundido com o papel do professor. Por muitas vezes, os próprios alunos Surdos acabam direcionando questões ao intérprete sobre conteúdos escolares, resultando em diálogos e discussões em relação aos assuntos abordados em sala com o intérprete e não com o professor.

Ter um profissional surdo ou com capacitação profissional entre os demais professores na escola é de suma importância no processo de inclusão e aquisição da Língua pelos Surdos, no planejamento de atividades e enfatizando o respeito às condições peculiares dos Surdos do acesso ao mundo pela visão. A este propósito, Quadros (2005) esclarece que a educação de Surdos, tendo uma proposta bilíngue, deve gozar de um currículo organizado com perspectiva visual-espacial⁸ para garantir ao aluno Surdo o acesso a todos os conteúdos escolares na Língua Brasileira de Sinais. O Bilinguismo seria a proposta mais adequada para o ensino de crianças surdas, tendo em vista que se considera a língua de sinais como língua natural e parte desse pressuposto para o ensino da língua escrita.

A inclusão do aluno Surdo no espaço escolar para o Bilinguismo apresenta-se como uma proposta adequada para a comunidade, que se mostra disposta ao contato com as diferenças, porém não necessariamente satisfatórias para aqueles

codificar, transformar e organizar as informações que captamos de nosso meio físico e social, ou seja, a aquisição de conhecimento.

⁷ O intérprete realiza a tradução da Língua de Sinais para o português e o seu inverso, para que haja a comunicação entre o professor ouvinte e o aluno Surdo.

⁸ A língua de sinais é uma língua espacial-visual, utilizam-se principalmente do espaço para a sinalização, do campo de visão, configurações de mão, movimentos, expressões faciais gramaticais, localizações e movimentos do corpo (QUADROS, 1997).

que, tendo necessidades especiais, necessitam de uma série de condições que, na maioria dos casos, não tem sido propiciadas pela escola (LACERDA, 2006). O aluno Surdo tem uma forma especial de ver, perceber, estabelecer relações e valores que devem ser utilizados na sua educação em conjunto com os valores culturais da sociedade ouvinte, que em seu todo vão formar sua sociedade (MOURA, 1996).

Segundo Carvalho e Barbosa (2008), um ambiente de colaboração em que as atividades são compartilhadas entre Surdos e ouvintes, é o ideal para que aconteça o processo de inclusão, pois assim estarão sendo respeitadas e aceitas as diferenças individuais. A partir disso, vê-se a necessidade de refletir sobre uma didática flexível que ofereça o mesmo conteúdo curricular e que respeite as especificidades do aluno Surdo sem perda da qualidade do ensino e da aprendizagem.

O posicionamento de alguns professores se vê em um rumo contraditório ao que Carvalho e Barbosa (2008) refletem sobre o que é ideal em sala, pois muitas vezes não utilizam uma metodologia específica aplicada aos alunos Surdos. As aulas são ministradas, em sua grande parte, através de diálogos orais e atividades escritas sobre temas abordados durante as classes que, em muitas vezes, no planejamento não engloba a forma de aprendizagem ou o desempenho necessário ao aluno Surdo. Fica evidente uma exclusão para o aluno Surdo, de fato esta metodologia não realiza uma inclusão linguística necessária. E, como consequência, resulta em grande dificuldade de comunicação por falta de uma Língua que os una.

(...) o ensino da língua portuguesa para crianças surdas, principalmente em escolas regulares, não tem considerado este fato e as crianças surdas, inseridas em classes de crianças ouvintes recebem o mesmo tipo de atividade como se já tivessem adquirido esta língua naturalmente e tivessem o mesmo desempenho das ouvintes. (FELIPE, 1997, p. 41).

É necessário que os professores e/ou profissionais de educação tenham compreensão do que estão tratando e sobre o que estão falando, para que se tenha uma efetiva inclusão destes alunos Surdos em uma turma de ensino regular. Devendo ser levado em conta que as experiências visuais dos alunos Surdos não são as mesmas dos ouvintes, uma vez que os alunos Surdos privilegiam mais o canal visual e os alunos ouvintes o auditivo.

A inclusão e permanência do aluno Surdo no sistema educacional devem propiciar igualdade de oportunidades e um ensino de qualidade. Quando se pensa em educação de Surdos, surgem vários questionamentos e colocam em dúvida se essa experiência é inclusiva ou se é mais uma vivência que, mascaradamente, associa-se à exclusão (RECHICO & MAROSTEGA, 2002). Essa situação gera uma imagem de integração com realidade exclusiva, onde o aluno Surdo não faz interação social e efetiva com o grupo que está inserido.

Os (as) alunos (as) Surdos (as), quando perguntados (as) sobre como se sentiam estudando com os (as) ouvintes, quase a totalidade deles (as) afirmou que tal situação exige muito sacrifício, paciência e esforço, o que se contrapõe ao objetivo fundamental da educação inclusiva, de acolher todas as diferenças em ambientes que proporcionem uma educação de qualidade para todos (as) (PEDREIRA, 2007, p. 3).

Segundo Felipe (1997), muito se fala sobre escolas inclusivas e segregadoras, porém a realidade diz respeito às crianças surdas em salas com

alunos ouvintes que não conseguem de forma análoga interagir e compreender o que está sendo ensinado.

Então, surge o questionamento: porque não ensina-lá em LIBRAS, quando já sabem-que ela iria se desenvolver com muito mais eficiência e rapidez, a partir do ponto de vista bilíngue? O questionamento permeia a metodologia apropriada para este ensino do aluno Surdo, uma vez que até para o ensino de língua estrangeira existem metodologias específicas que priorizam as habilidades, buscando os moldes da aquisição da primeira língua: compreensão auditiva, construção oral, entendimento textual e, por fim, a elaboração textual, os pressupostos teóricos estão baseados na linguística estrutural (FRIES, 1945). Portanto, os alunos Surdos aprendem de forma diferente e é necessária uma metodologia que atinja esta forma visual e esteja ligada a esta cultura Surda⁹.

Esta cultura surda precisa ser mesclada a outras culturas, neste caso a dos ouvintes. Este processo ocorre através das relações socioculturais¹⁰ da interação com outras pessoas dentro deste espaço escolar, por isso, é preciso considerar a proposta bilíngue para Surdos. Skliar (1997) defende que o intuito do modelo bilíngue é proporcionar uma identidade bicultural, pois permite ao Surdo desenvolver potencialidades dentro de sua cultura surda e criar interações, através dela, com a cultura ouvinte. Com representações de ambas, as comunidades interagem e criam na aula papéis pedagógicos diferentes, através desta inclusão de duas línguas e duas culturas diferentes.

Para que o aluno Surdo possa ter sucesso em sua vida escolar, faz-se necessário que o professor regente tenha conhecimento acerca das singularidades linguísticas e culturais desse aluno. Na inclusão, parte-se do pressuposto que todos os alunos precisam ter acesso aos conhecimentos de igual modo. Lacerda (2006) aponta que a inclusão escolar é um processo dinâmico e gradual, que toma diversas formas a partir da necessidade dos alunos. Nesse sentido, o professor é responsável por incentivar e mediar à construção do conhecimento através da interação com o aluno Surdo e seus colegas.

Baseada nesses conhecimentos, essa pesquisa buscou conhecer a realidade dos procedimentos metodológicos utilizados para alunos Surdos de uma escola regular de Curitiba.

2. METODOLOGIA

Essa pesquisa é de caráter qualitativo e exploratório, o campo de pesquisa é uma escola de educação regular na cidade de Curitiba. A equipe escolar compõe-se dos professores titulares, intérpretes e alunos surdos e ouvintes.

Segundo José Filho (2006) o surgimento da necessidade de se pesquisar já traz em si, a necessidade de um diálogo com a realidade a qual se objetiva investigar e com o diferente, uma comunicação dotada de crítica, que direciona a momentos criativos. O intuito de conhecer fenômenos que o constituinte dessa realidade a busca de aproximação, diante de sua complexidade e dinamicidade dialética.

A entrevista é o procedimento mais utilizado no trabalho de campo. Por meio dela, o pesquisador busca extrair informes contidos na vivência dos atores. Ela não significa uma conversa despreziosa e neutra, uma vez

⁹ É a representação de uma identidade com forma peculiar de apreender o mundo que as reconhecem como tal, terem sua própria língua, regras de comportamento, valores e suas tradições.

¹⁰ Sociedade e cultura se desenvolvem através de suas interações, ao longo do tempo.

que se busca ser um instrumento de coleta dos fatos relatados pelos atores, enquanto sujeito-objetos da pesquisa que estão inseridos no cotidiano uma determinada realidade que está sendo focalizada. (PÁDUA, 1997, p.64).

Para recolher as informações necessárias foram realizadas observações em sala de aula e perguntas aos professores, através de um questionário, sobre a didática, métodos de ensino e as diferenças utilizadas pela existência de alunos surdos mesclados em sala de ouvinte. Nesse sentido, a utilização de entrevistas é relevante por gerar ricas contribuições à pesquisa.

Vale ressaltar que o grupo educacional e os educando autorizaram a realização da mesma. O questionário, antes de ser aplicado aos professores, passou pela Coordenação Pedagógica para concordância sobre o conteúdo. O período que compreendeu a aplicação do instrumento de pesquisa, as entrevistas com os profissionais ocorreram entre os meses de agosto a novembro do ano de 2013. Durante este período foram assistidas 12 aulas e nesse processo sempre esteve presente o intérprete, como principal mecanismo de ligação entre professor e aluno surdo.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os profissionais da pesquisa possuem formação acadêmica nas diferentes áreas de conhecimento, entretanto apenas um deles possui conhecimento em LIBRAS. Com o profissional em Biologia, apontado na pesquisa com conhecimento na Língua de Sinais, observou-se que durante as aulas este interage com o aluno Surdo com sinais de expressões básicas como: compreender, vídeo, prova, repetir, presença/chamada.

No entanto, toda a tradução da aula é realizada pela intérprete, presente em todas as disciplinas, por meio das observações em sala de aula percebeu-se que o fato do professor desconhecer a Língua de Sinais não consegue estabelecer um diálogo ou interação com o aluno Surdo, transferindo todas as suas responsabilidades, como professor, para o intérprete. Neste pensamento, Souza & Góes (1999) afirmam que esta inclusão se torna deficiente pelo fato dos professores e/ou profissionais da educação desconhecer o seu aluno Surdo e as reais necessidades de sua condição bilíngue.

Objetivando a investigação, através do questionário, as respostas fornecidas pelos professores serão transcritas conforme seus posicionamentos, a fim de garantir a legitimidade do trabalho e a opinião desses profissionais. Foram organizadas em duas categorias: metodologias utilizadas em sala de aula com alunos Surdos e a relação do intérprete e professor regente.

Na primeira categoria que diz respeito à metodologia utilizadas em sala de aula com alunos Surdos inclusos, foi questionado se o professor preocupa-se com algum fator que envolva a aprendizagem do aluno Surdo, por este apresentar especificidades na aprendizagem. O professor A (de Língua Portuguesa) diz que:

Sim, sempre que haja oportunidade de mudar textos escritos ou de produção própria, faço com que o (a) aluno (a) produza de acordo com os seus conhecimentos de linguagem de libras, que é a sua primeira língua.

No entanto, o professor M (de Biologia) comenta que “sim, com linguagem mais simples, dando prioridade ao cotidiano dos alunos” e o professor V (Matemática) enfatiza que “sim, sempre procuro orientar-me com a intérprete”.

Mediante esses depoimentos, pode-se perceber que todos relatam que a parte textual é trabalhada de forma progressiva e com textos mais claros, objetivando uma melhor reflexão pelo aluno Surdo. É importante notar que, neste caso os professores fazem uma relação do grau de dificuldade do aluno Surdo inserido na sala de ouvintes, além de buscar informações com o intérprete de LIBRAS.

Vale ressaltar que o decreto 5626/2005 prevê no capítulo IV, no artigo 14 inciso VI que para o aluno Surdo é necessário a adoção de mecanismos de avaliação que sejam coerentes com aprendizado de segunda língua, assim como na correção das provas escritas, buscando valorizar o aspecto semântico e reconhecendo a singularidade lingüística manifestada no aspecto formal da Língua Portuguesa.

A respeito da realização de trabalhos em grupo em sala de aula como parte dos aspectos metodológicos, questionou-se a possibilidade de existir a realização de tais trabalhos em sala de aula envolvendo Surdos e ouvintes:

Professor A: “Não. Trabalho em grupo no período noturno são raros de serem realizados”.

Professor M: “Poderia, naturalmente, mas não tive a oportunidade de elaborá-los”.

Professor V: “Não”.

Abordou-se também sobre metodologia inclusiva, ou seja, se o professor já utilizou alguma metodologia que tenha envolvimento cultural sobre o aluno Surdo:

Professor A: “Não. Pois o programa é falho e o governo não investe no professor nem no aluno”.

Professor M: “Sim. Histórico e situações que levam à surdez em tópicos ligados as ciências”.

Professor V: “Não”.

Para cada sala de aula encontraremos uma infinita diversidade de cultura e conhecimentos. Desta forma, cabe ao professor utilizar de estratégias como: aplicar metodologias de ensino; usufruir de recursos diferenciados e formas de avaliação adequadas, de maneira a tentar diminuir a desigualdade e valorizar a diversidade.

Rijo (2009, p.26) durante sua pesquisa de campo, relata a opinião de uma intérprete que acredita que:

Em primeiro lugar é importante que o professor conheça a cultura surda, como a língua brasileira de sinais – Libras, para que possa comunicar-se com alunos surdos. O professor deve aceitar que existem diferenças dentro da escola. Se estas duas características forem compreendidas, o professor será capaz de preparar aulas onde alunos diferentes poderão aprender.

Portanto, por meio da fala dos professores percebeu-se que não há uma preocupação em relação à singularidade cultural dos alunos Surdos. As atividades em grupo ocorreram sem uma preocupação com a interação do aluno Surdo ao meio, o aluno Surdo permanece isolado com o intérprete. Um dos métodos que poderia ser adotado é a inclusão deste aluno Surdo em um grupo e o intérprete faria

a comunicação entre os alunos, conforme Frias (2010, p. 13) cabe ao professor elaborar trabalhos que promova a interação em grupos, ainda que com desafios, para que se possam garantir ao aluno Surdo os mesmos direitos que o aluno ouvinte.

Segundo Carvalho e Barbosa (2008) a criação de um ambiente que propicie a interação entre Surdos e ouvintes nas atividades, é o desejado para que haja o processo de inclusão, respeitando as diferenças individuais. Por isso, têm-se a necessidade de se pensar em uma didática que seja flexível e que ofereça o mesmo conteúdo curricular. Respeitando as especificidades do aluno Surdo sem que haja perda na qualidade do ensino e aprendizagem.

A segunda categoria levantada relaciona-se se o professor tem a necessidade de intérprete em sala de aula e qual a importância desse profissional:

Professor A: “Sim, pois sem o intérprete não há possibilidade de comunicação, pois não há investimento do Estado para que os professores possam realizar melhores trabalhos, não há capacitação, cursos ou outros para o professor do cotidiano, inclusão da exclusão”.

Professor M: “Preparação profissional voltada aos surdos”.

Professor V: “Sim, por não ter formação não daria conta desse tipo de inclusão”.

Os professores relatam sobre a necessidade de políticas que priorizem a capacitação dos professores e investimentos por parte do Estado em cursos e palestras que transforme a inclusão em prol do conhecimento do aluno Surdo. Acreditam que a escola acaba fazendo o papel inverso, transforma a inclusão em exclusão.

Através das respostas dos professores e das observações em sala de aula, percebe-se que inserir o aluno Surdo na sala de ouvintes, o exclui do grupo por falta de mecanismo que capacitem o meio a uma efetiva comunicação, colocando o aluno Surdo em um ponto fixo da sala, que muitas vezes é a primeira carteira de um dos extremos, ao lado do intérprete. Segundo Rijo (2009, p.20) em sua análise sobre a inclusão de alunos Surdos em diversas escolas da rede regular de ensino ditas “inclusivas”, a real inclusão destes alunos se faz por intermédio do intérprete que lhe cabe a função de traduzir em sinais tudo que o professor está falando. Neste sentido, o professor segue explicando para os alunos ouvintes e acredita que o intérprete deve fazer o trabalho de tradução e inclusão simultaneamente. Aponta Silva (2003, p. 32) que a integração no ambiente escolar tem como foco inserir o aluno Surdo, no entanto, a escola continua organizada da mesma forma e acaba sendo o aluno, que foi inserido, quem deve adaptar-se a ela.

No entanto, em uma análise mais atenta da pesquisa, contraditoriamente a esta falta de preparo relatada, poderia ser suprida se trabalhada paralelamente com o intérprete, de forma a suprir a desinformação acerca do argumento surdez e suas especificidades, buscando mecanismos para a elaboração e planejamento didático metodológico. Pode ser apontada como a ausência de um planejamento conjunto, necessidade de trabalho em equipe e um entendimento do que significa aceitar a presença de um aluno Surdo. O intérprete poderia auxiliar nas atividades, de forma a proporcionar ao aluno Surdo o acesso à informação através da tradução para LIBRAS, mas também com sugestões, exemplos e diversas outras formas de relações e diálogos promovidos pelo cotidiano em sala.

O professor e o intérprete assumem parceria na educação do aluno Surdo, o de educar com finalidade de visar à aprendizagem. É necessário reconhecer o papel

do intérprete na educação bilíngue do aluno Surdo. Segundo Lacerda (1998), a finalidade da educação bilíngue é que o aluno Surdo consiga alcançar um desenvolvimento cognitivo linguístico compatível ao do aluno ouvinte, e que consiga desenvolver uma relação de interação com os ouvintes, com acesso às duas línguas: a língua de sinais e a língua da comunidade que está inserida.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A realidade da educação de surdos ainda é algo a ser discutido e melhor aprofundado. É inegável a importância da utilização de metodologias adequadas em sala de aula que beneficiem os alunos Surdos que estão inclusos, sendo o professor responsável por incentivar e mediar à construção do conhecimento através da interação com o aluno Surdo e seus colegas (LACERDA, 2006). Com o objetivo de conhecer a realidade dos procedimentos metodológicos utilizados para alunos Surdos a partir da análise da pesquisa utilizada neste trabalho, foi possível chegar à algumas conclusões.

O modelo de educação bilíngue visa que o aluno Surdo possa ter um desenvolvimento cognitivo-linguístico equivalente ao do aluno ouvinte, com acesso às duas línguas: a língua brasileira de sinais e a língua majoritária utilizada na comunidade em que esta inserida. Nos dias atuais, o Bilinguismo está sendo utilizado no Brasil como o método mais adequado para o desenvolvimento educacional dos Surdos no contexto “inclusivo”. Porém, mais do que ter o aluno Surdo inserido em sala com o aluno ouvinte, e mais do que ter a presença de um intérprete, é fundamental que os envolvidos nesta educação respeitem a língua de sinais e a cultura surda, fomentem o encontro desta com as demais culturas.

Diante das dificuldades na implantação de uma metodologia de educação pelos professores para o ensino de Surdos verificadas neste trabalho, é possível concluir que possuem dificuldades e possibilidades como a falta de investimentos por parte do governo em cursos e na capacitação dos professores, desconhecimento de como elaborar trabalhos em grupo, dificuldades da elaboração desses trabalhos no período noturno e verificou-se que existe uma adaptação na realização de textos, para que o aluno Surdo possa produzir de acordo com seus conhecimentos.

Dessa forma, todas as opiniões foram importantes, pois, possibilitaram reflexões que colaboraram para a análise com o modelo proposto pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira (LDB, nº 9394/1996) ao estabelecer que os sistemas de ensino devam assegurar, principalmente, professores especializados ou devidamente capacitados que possam atuar com qualquer pessoa especial na sala de aula. Neste sentido, compreende-se que todo aluno Surdo tem o direito de frequentar uma sala de aula da rede regular de ensino e de ser assistido pedagogicamente em todas as suas necessidades.

No entanto, por meio da análise dos dados, para alguns dos professores a inclusão dos alunos Surdos é um fato novo, pois se verificou grandes dificuldades por parte dos professores. Estes deveriam ser os responsáveis por mediar e encorajar a construção do saber do aluno Surdo, através de uma interação com esses alunos e além de procurar elaborar metodologias educacionais que alcancem estes alunos em suas necessidades. No entanto, alguns professores seguem ministrando suas aulas de forma tradicional, ou seja, não propiciam uma mudança metodológica a fim de atingir as necessidades dos alunos Surdos.

Diante disso, supõe-se que a inclusão de alunos Surdos carece de um ambiente apropriado, com recursos visuais e professores preparados para o

desenvolvimento de aulas com base em metodologias que atendam todos os alunos em suas peculiaridades educacionais, como prevê o Decreto 5626/2005.

A proposta de inclusão dos alunos Surdos descrita nos documentos precisa sair do papel. Neste sentido, o Governo, por meio do MEC, deve promover condições que favoreçam o processo de inclusão. Nesta perspectiva, as escolas necessitam de reorganização pedagógica para que os professores estejam capacitados e preparados para atender os alunos de forma igualitária. Pellanda (2006, p.181) defende que na inclusão “o fato mais importante é ter a coragem e o empenho para transformar o ideal em realidade, apesar dos desafios e barreiras que surgem no decorrer do caminho”.

Por fim, os professores precisam receber o desafio de perceber as diferenças metodológicas e educacionais que envolvem a cultura do aluno Surdo, caminhando dessa forma para a efetiva inclusão.

REFERÊNCIAS

BERGMANN, L. Repercussões da surdez na criança, nos pais e suas implicações no tratamento. Rio de Janeiro: Revista Espaço, 2001. p. 3-19.

BRASIL. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras. Brasília, LEI Nº 10.436, DE 24 DE ABRIL DE 2002.

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília, Lei nº. 9394, de 20 de dezembro de 1996.

BRASIL. Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei nº. 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Brasília, Decreto nº 5626 de 22 de dezembro de 2005.

BRASIL. Regulamenta a profissão de Tradutor e Intérprete da Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS. Brasília, Lei nº. 12.319 de 01/09/2010.

CARVALHO, E. de C. & BARBOSA, I. Pensamento Pedagógico e as NEE: Introdução à Deficiência Auditiva.(2008).Disponível em: <http://elisacarvalho.no.sapo.pt/EE/Trabalho_PP-NEE.pdf> acesso em: 21/09/2013.

CASTRO, R. G. Libras: uma ponte para comunicação entre pais ouvintes e filhos surdos. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Educação Especial Infantil e Fundamental). Maringá: Universidade Estadual de Maringá, 1999.

FELIPE, T. A. Escola Inclusiva e os direitos linguísticos dos Surdos. Rio de Janeiro: Revista Espaço – INES, 1997. p. 41-46, Vol. 7.

FERNANDES, E. Surdez e Bilinguismo. Porto Alegre: Mediação, 2008.

JOSÉ FILHO, PE. M & DALBERIO, O. Desafios da Pesquisa – Franca: UNESP – FHDSS, 2006.

FREIRE, A. M. da F. Aquisição do português como Segunda língua: uma proposta de currículo. Rio de Janeiro: Revista Espaço - Informativo técnico-científico do INES, N.9, 1998. p. 46-52.

FRIAS, E. M. A. Inclusão escolar do aluno com necessidades educativas especiais: contribuições ao professor do Ensino Regular. Disponível em: <<http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/1462-8.pdf>> acesso em: 23/11/2013.

FRIES, C. Ensino e aprendizagem de Inglês como Língua Estrangeira. Universidade de Michigan Press: Ann Arbor, 1945.

JOKINEN, M. Alguns pontos de vista sobre a educação dos surdos nos Países Baixos. In: SKLIAR, C. (Org.). *Atualidade da Educação Bilíngue para Surdos*. Porto Alegre: Mediação, 1999.

LACERDA, C. B. F. Um pouco da história das diferentes abordagens na educação dos surdos.(1998). Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-32621998000300007&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt> acesso em: 16/11/ 2013.

LACERDA, C. B. F. & Mantelatto, S. A. C. As diferentes concepções de linguagem na prática fonoaudiológica. In C. B. F. Lacerda, H. Nakamura & M. C. Lima (Orgs). *Surdez e abordagem bilíngue*. São Paulo: Plexus, 2000. p. 23-43.

LACERDA, C. B. F. de. A inclusão escolar de alunos surdos: o que dizem alunos, professores e intérpretes sobre esta experiência. *Cad. CEDES* [online]. vol. 26, n.69, 2006, p. 163-184.

PÁDUA, E. M. M. Metodologia da pesquisa: abordagem teórica prática, 2^o Edição. São Paulo: Papirus, 1997.

PEDREIRA, S. M. F. Porque a Palavra não adianta: Um Estudo das Relações entre Surdos/as e Ouvintes em uma Escola Inclusiva na perspectiva intercultural. Rio de Janeiro: Pontifícia Universidade Católica, 2006.

PELLANDA, C. Possibilidade de inclusão no sistema público de ensino. In: PAROLIN, I. *Aprender a incluir e incluindo para aprender*. São José dos Campos: Pulso Editorial, 2006.

QUADROS, R. M. Educação de Surdos: a aquisição da linguagem. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997.

QUADROS, R. M. O tradutor e intérprete de língua brasileira de sinais e língua portuguesa. Secretaria de Educação Especial - Programa Nacional de Apoio à Educação de Surdos. Brasília: MEC; SEESP, 2004.

QUADROS, R. M. O 'Bi' em Bilinguismo na educação de surdos. In E. Fernandes (org.) *Surdez e Bilinguismo*. Porto Alegre: Editora Mediação, 2005. p. 26-36.

RECHICO, C. F. & MAROSTEGA, V. L. (Re) pensando o papel do educador especial no contexto da inclusão de alunos surdos. *Revista do Centro de Educação*. v. 19, 2002, p. 1-5.

RIJO, M. A Inclusão de Alunos Surdos nas Escolas Públicas de Passo Fundo. Trabalho de conclusão Curso de Especialização: Educação Profissional e Tecnológica Inclusiva. Cuiabá: Instituto Federal do Mato Grosso, 2009.

SACKS, O. Vendo vozes. Uma viagem ao mundo dos surdos. São Paulo: Ed. Companhia das letras, 1998.

SÁNCHEZ, C. A educação dos alunos surdos em um modelo bilíngue. Mérid, Venezuela: Lakonia, 1993.

SILVA, A. O aluno surdo na escola regular: imagem e ação do professor.(2003) Disponível em: <<http://libdigi.unicamp.br/document/?code=vtls000276979>> acesso em: 20/07/2009.

SOUZA, M. R. & Góes, M. C. R. O ensino para Surdos na escola inclusiva: Considerações sobre o excludente contexto de inclusão. In: C. Skliar (Org.): Atualidade da educação bilíngue para Surdos. Porto Alegre: Mediação, 1999. V. 1, p.163-188.